

ASSOCIATIVISMO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DE ORIZONA (GO)

Rural associations and family farming: the case of Orizona (GO)

Luiza Maria Capanema Bezerra

Bacharel em Economia e Mestre em Geografia pelo Instituto de Geografia da UFU

E-mail: luizamcb@yahoo.com.br

João Cleps Jr.

Prof. Dr. do Instituto de Geografia da UFU

E-mail: jcleps@ufu.br

Artigo recebido em 15/6/2004 e aceito para publicação em 10/09/2004

RESUMO:

No presente artigo, será apresentada uma análise sobre o processo associativista desencadeado a partir do final da década de 1980 no município de Orizona no estado de Goiás. No decorrer do texto serão ressaltados os determinantes históricos desse processo, a caracterização do espaço agrário e a importância da agricultura familiar no município. Com base no estudo feito com uma das associações do município, foi possível traçar um quadro atual sobre o associativismo rural, ressaltando os seus condicionantes e as perspectivas futuras para essa forma de organização social em Orizona.

Palavras-chave: Associativismo Rural, Agricultura Familiar e desenvolvimento agrícola

ABSTRACT:

In this article, it'll be presented an analysis about the associations process unleashed since the last of the 80's decade in Orizona in the State of Goiás. In the course of this text it'll be emphasized the historical determinations about this process, the characterization of the agrarian space and the importance of the family farming in the town. Based on a study made in ble to set out an update panel about the rural associations, emphasizing their future perspectives for this kind of social organization in Orizona.

Keywords: Rural Associations, Family Farming and rural development

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é uma categoria social que possui uma característica histórica marcante que é a sua marginalização ou exclusão de todo o processo de modernização da agricultura brasileira. Essa marginalização tem origem no processo de

reestruturação espacial e social que a modernização promoveu no Brasil. A marginalização espacial é no sentido geográfico de ter criado áreas específicas modernizadas e produtivamente competitivas, promovendo uma grande diversidade regional, considerada por Graziano da Silva (1999) como uma das principais características da modernização brasileira.

Social, no sentido de ter possibilitado uma diferenciação social entre os produtores, como os modernizados e não modernizados, excluindo do processo um grande número de agricultores, com destaque para o agricultor familiar.

Nesse processo, o Estado teve um papel fundamental, pois foi por meio da política agrícola que promoveu a modernização da grande propriedade e garantiu sua reprodução em detrimento da agricultura familiar, que sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira (WANDERLEY, 1995). A agricultura familiar passou a sobreviver em um espaço social definido — pós-modernização —, por duas variáveis que condicionam a sua reprodução social, a primeira é o acesso restrito à propriedade da terra, e a segunda é a sua capacidade limitada de investimentos.

O trabalho tem por objetivo analisar uma das estratégias utilizadas pelos agricultores familiares na luta pela sobrevivência dentro desse espaço social limitado, o associativismo rural. O município escolhido para realizar a pesquisa é Orizona, no estado de Goiás. A área pesquisada possui uma rica experiência associativista.

O texto está estruturado em seis itens, além da introdução e considerações finais. O primeiro trata do desenvolvimento do espaço agrário de Orizona, o segundo destaca a importância da agricultura familiar no município, o terceiro mostra os determinantes históricos da experiência associativista, e a partir do quarto tem-se os aspectos relevantes ao estudo de caso da associação escolhida.

1. O espaço agrário em Orizona (GO)

O município de Orizona está localizado no Sudoeste do Estado de Goiás, fazendo parte da microrregião de Pires do Rio, que, por sua vez, se integra à mesorregião do Sul Goiano. Orizona fica a 130 km de Goiânia, 200 km de Brasília, 150 km de Catalão e 260 km de Uberlândia (MG) (Figura 1).

Orizona possui uma população total de

13.067 habitantes, dos quais 6.382 residem no meio urbano (48,8%) e 6.685 no meio rural (51,2%), de acordo com o Censo Demográfico de 2000.

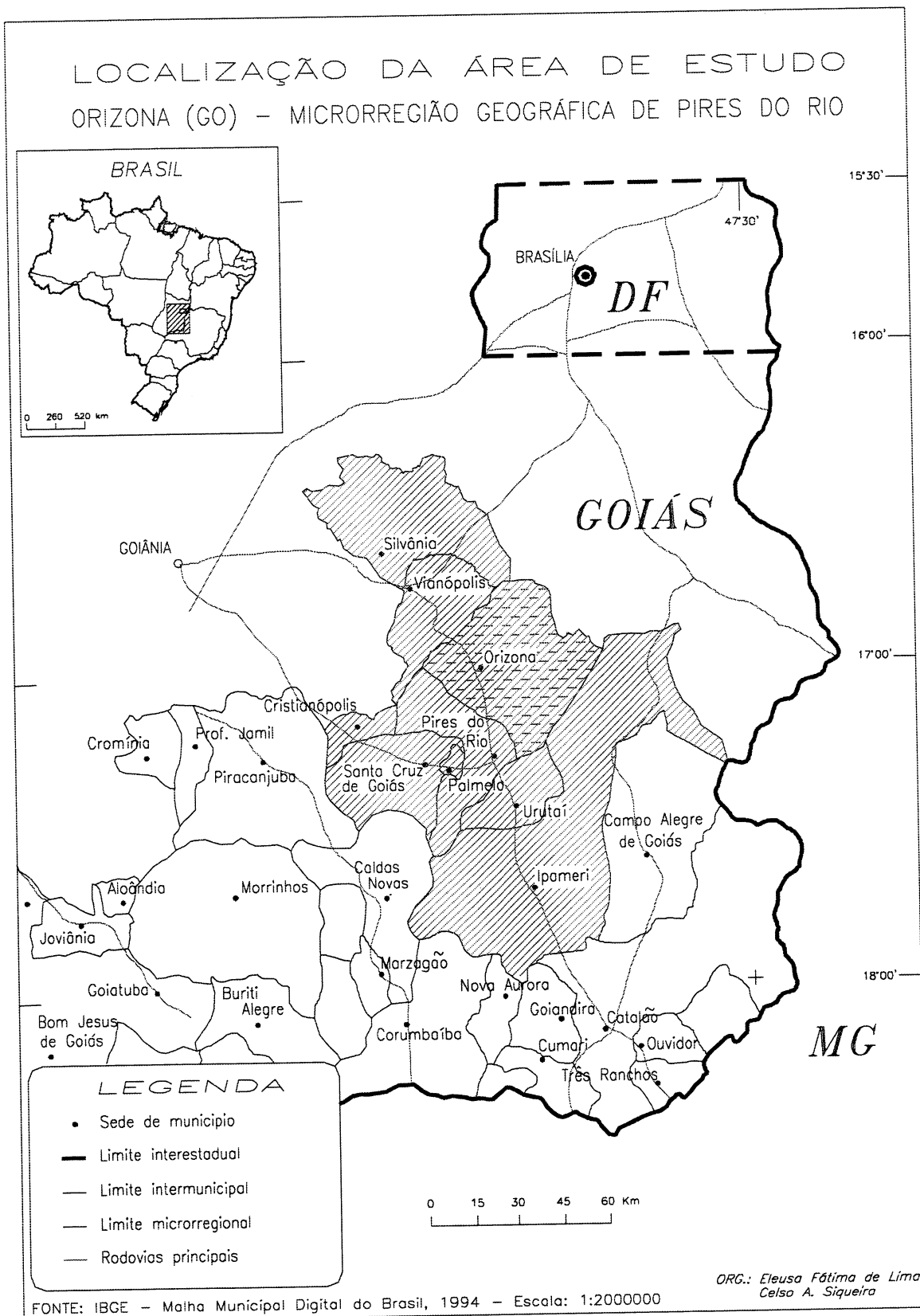
O desenvolvimento agrícola de Orizona é marcado pela forte presença da pecuária, constituindo a principal atividade econômica do município. O maior número de estabelecimentos fica no grupo de área que varia entre 10 a menos de 100 hectares, totalizando 932 unidades (41,6%) em 1995/96. O município, desde a década de 1970, possui uma estrutura fundiária menos concentrada, prevalecendo um número maior de estabelecimentos na faixa entre 10 e 200 hectares. Esses dados mostram um padrão diferente da região Centro-Oeste e do estado de Goiás, onde a concentração de terras é superior à média nacional.

Outro dado importante com referência à estrutura fundiária do município de Orizona é que, de 1970 a 1995/96, houve um aumento no número de estabelecimentos e da área utilizada pelos grupos de área entre 10 e 100 hectares, mostrando um processo de desconcentração da terra. Em 1970, havia 50 estabelecimentos entre 500 e 2000 hectares ocupando uma área total de 40.969 ha, e, em 1995/96, o número passou para 42 estabelecimentos, ocupando uma área de 34.658 ha; ocorrendo uma redução de 16% na quantidade de estabelecimentos (Figura 02).

Historicamente, a área destinada às pastagens plantadas e naturais ocupa a maior parte da área produtiva municipal, confirmando a pecuária como principal atividade econômica, em que se destaca a produção leiteira. Essa afirmação também é confirmada em um estudo realizado no estado de Goiás, no qual Orizona foi um dos municípios analisados, o trabalho chama a atenção para o fenômeno de pecuarização da produção familiar em Goiás (CAUME, 1997).

Essa tendência à pecuária leiteira é visualizada, também, em Goiás, onde, segundo Caume (1997), a produção leiteira tende a tornar-se uma estratégia produtiva entre os agricultores familiares do estado. O autor chama, ainda, a atenção para o

Figura 1



sistema de produção utilizado pelos agricultores familiares pesquisados em seu estudo. O uso do sistema integrado — agricultura e pecuária — é característico entre esses agricultores, que tem a pecuária leiteira como principal atividade econômica, em que a maior parte do milho produzido é destinada ao consumo produtivo, ou seja, é utilizada para suplementar a alimentação do gado.

A situação descrita acima pode ser observada especificamente nos agricultores familiares associados à Associação dos Pequenos Produtores da Mata Velha, Água Grande e Coqueiros (APAMAC) em Orizona, um dos municípios estudados por Caume (1997). A concentração das atividades produtivas na pecuária leiteira leva a uma outra constatação, que é a dependência da renda familiar em uma única atividade, o que significa que a garantia da reprodução social da agricultura familiar está diretamente dependente do sucesso da pecuária leiteira.

Com relação à produtividade, Orizona é o município que apresenta melhores índices de

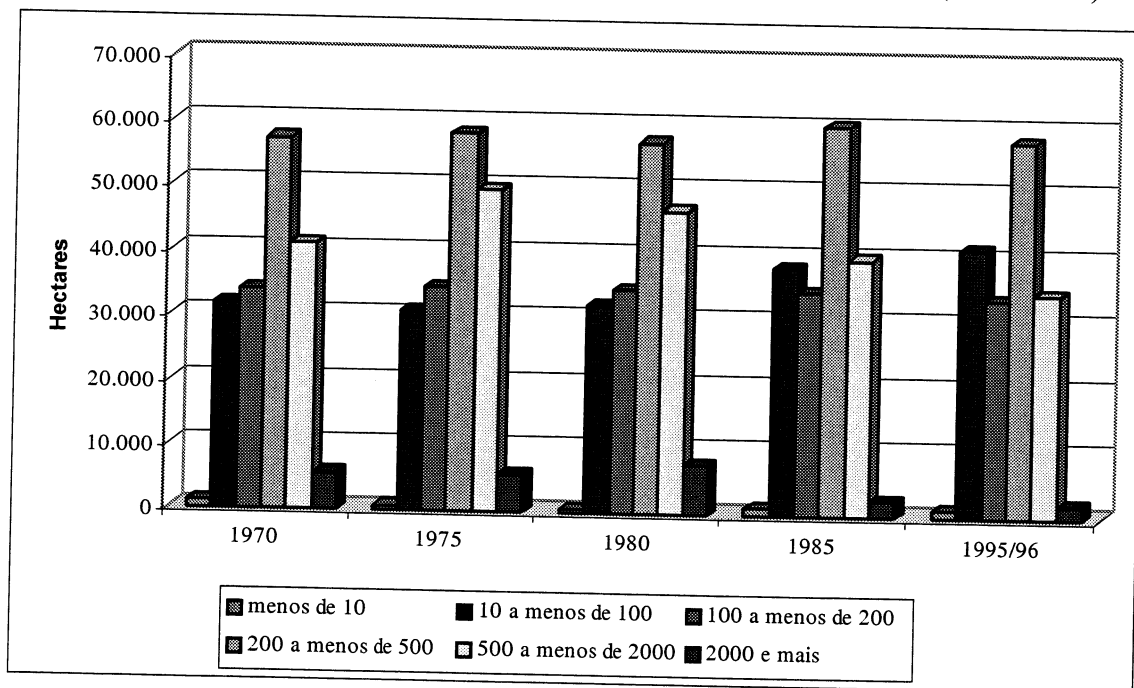
produtividade, dentre os pesquisados por Caume (1997). A produtividade média de Orizona fica em 5,3 litros ao dia. Isso se deve à utilização de um sistema de produção mais especializado, com uma alimentação adequada e animais de melhor padrão genético.

Outra constatação que pode ser feita, é o constante índice de produtividade em Orizona nos períodos das águas e da seca, uma situação diferente dos outros municípios, onde a baixa da produtividade chama atenção no período da seca.

O padrão mais especializado da produção leiteira em Orizona deve-se, em grande parte, ao acesso aos financiamentos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), que foram direcionados à compra de equipamentos e gado melhorado.

O aumento do rebanho em Orizona ocorreu no período de maior utilização dos recursos do FCO pelas associações dos produtores do município. Assim, pode-se afirmar que os recursos do FCO

Figura 2 – Orizona (GO) – Estrutura Fundiária: Área ocupada 1970-1995/96 (em hectares)



Fonte: IBGE – Censos Agropecuários (GO) – 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96. Org.: BEZERRA, L.M.C.2002.

foram fundamentais para a constituição e o fortalecimento da atividade leiteira em Orizona.

2. A agricultura familiar em Orizona (GO)

Em Orizona, a agricultura familiar apresenta um quadro diferente em relação à região Centro-Oeste, onde o número de estabelecimentos e a área ocupada por este tipo de agricultores apresentam os menores valores comparados com os dados nacionais.

Enquanto os agricultores familiares ocupam, no Brasil, um percentual de 30,5% da área total, o que corresponde a 85,2% do número total de estabelecimentos, no Centro-Oeste, os números são respectivamente 12,6% e 66,8%, e contraditoriamente a região, em Orizona, os agricultores familiares ocupam 58,8% da área do município e 84,3% do número total de estabelecimentos. Esses dados mostram o caráter marcante da estrutura fundiária da região Centro-Oeste, que é o alto grau de concentração da terra.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 1995/1996, Orizona possui 1.345 estabelecimentos familiares, que correspondem a 58,8% da área total. A categoria patronal ocupa 41,2% da área total, com 249 estabelecimentos, o que equivale a 15,6% do número total. A área média das propriedades familiares no município é de aproximadamente 74 hectares, ficando abaixo da média para a região Centro-Oeste, que é de 84 hectares, e muito acima da média nacional, que é de 26 ha. Com relação à categoria patronal a área média em Orizona é de 282 ha, no Centro-Oeste, esse número é de 1.324 há e, no Brasil, de 433 ha. O que mostra mais uma vez a forte concentração fundiária na região Centro-Oeste (Tabela 1).

O maior número de estabelecimentos familiares concentra-se no grupo de área de 20 a 50 ha, totalizando 395 estabelecimentos (29,4 %), e, em seguida, vêm os estabelecimentos do grupo de área de 5 a 20 ha, com 299 unidades de produção representando 22,2% do total de estabelecimentos. Esses

dados mostram que mais de 50% dos estabelecimentos possui área menor que 50 hectares.

Tabela 1 – Orizona (GO) – Número de Estabelecimentos e Área (valores e percentual) por categorias familiar e patronal em 1995/96.

Categorias	Número de Estabelecimentos	Área	
		Total (ha)	Média (ha)
Familiar	1.345	100.460	74,7
Patronal	249	70.292	282,3
TOTAL	1.595	170.764	107,1

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (GO)1995/1996. Disponível em: <http://pronaf.gov.br>. Acesso em: 09 ago. 2002. Org.: BEZERRA, L.M.C.

Do total do pessoal ocupado na agricultura em Orizona, a agricultura familiar é responsável pela absorção da maioria dos trabalhadores (79,7%), enquanto a categoria patronal emprega 20,2% do pessoal. A agricultura familiar ocupa 3.601 trabalhadores, dos quais 87,8% correspondem à mão-de-obra dos membros da família, sendo o restante dividido entre parceiros (5,1%), empregados permanentes (5,3%) e outra condição (1,8%).

A combinação de mão-de-obra familiar com empregados permanentes e temporários corresponde a uma parcela insignificante do total de estabelecimentos (0,6%). O trabalho na agricultura é basicamente praticado pela mão-de-obra familiar (26,8%) e pela conciliação da mão-de-obra familiar com a utilização de máquinas (61,9%), indicação de capitalização do produtor.

A caracterização do espaço agrário em Orizona é importante para visualizar o contexto em que nasce o associativismo nesse município. Dessa forma, é necessário salientar que a agricultura familiar teve fundamental importância no decorrer desse processo, como poder-se-á observar nos próximos itens.

3. O histórico da experiência associativista em Orizona (GO)

O associativismo em Orizona começa a configurar-se no final da década de 1980. O principal problema dos produtores girava em torno da comercialização, seguido pela falta de condições para compra de equipamentos e insumos, e, por último, reivindicavam, anida, melhores condições de infraestrutura no meio rural.

Os pequenos produtores, na falta de uma organização que os representasse, perceberam a necessidade de buscar algum tipo de representação que pudesse, de alguma forma, legitimar suas reivindicações. Dessa forma, surgiram em Orizona as primeiras associações, que buscavam atender s necessidades locais dos produtores, que não eram abarcadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

O surgimento das associações em Orizona teve alguns mediadores que acompanharam e ajudaram nas suas constituições, podendo citar a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/GO), as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), o Centro de Apoio aos Mini e Pequenos Produtores Rurais (CAMPPPO), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG) e a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), cabendo destacar o trabalho da EMATER/GO como precursora da iniciativa. A consciência coletiva foi muito incentivada por esta instituição mediante a promoção de reuniões e trabalhos coletivos. “A EMATER/GO, há muito tempo, orientava mutirões de silagem em algumas comunidades do município” (TAVARES, 1999, p. 75).

Historicamente, há que se considerar o papel das CEBs na organização dos produtores, sendo que parte das associações mantinha encontros religiosos, seguindo os ensinamentos eclesiais.

Dentre as instituições citadas, cabe destacar como uma instituição mediadora o CAMPPPO, como uma instituição mediadora, que atuou na constituição

de várias associações. O CAMPPPO, uma organização privada, trabalhou na fundação das associações com objetivo de, posteriormente, prestar assessoria técnica na elaboração de projetos para a obtenção créditos de investimento, especialmente, os destinados ao FCO.

A primeira associação foi criada em 1988, tendo, inicialmente, nove associados. Em seguida, foram criadas outras associações, totalizando, atualmente um número de 27 em todo o município de Orizona.

Em 1992, foi criada a Central das Associações de Pequenos Produtores Rurais do Município de Orizona (CEAPRO), sendo os municípios de Orizona, Formosa, Porangatu e Silvânia pioneiros na experiência de criação de centrais de associações no estado de Goiás (SPERRY, 1997).

No ano de 2002, a CEAPRO estava trabalhando com cerca de 300 famílias, atendendo às demandas dos pequenos produtores associados, referentes à compra de sementes, mudas, calcário, adubo, serviços técnicos, telefone, correspondência, transporte, e promovem, também, encontros e palestras sobre temas relevantes aos produtores. Trabalha em parceria como o Sindicato Rural de Orizona (SRO), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Orizona (STRO), Agência Rural, Prefeitura, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), Centro Social Rural de Orizona (CMDR), Câmara Municipal e Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais de Orizona (COAPRO), “essa ligação entre várias organizações representativas ocorre pelo fato de haver em todas essas entidades e órgãos um número expressivo de associados que participam de várias organizações concomitantemente” (TAVARES, 1999, p. 77).

Dentre todas as associações de Orizona, escolheu-se para a pesquisa a Associação dos Pequenos Agricultores de Mata Velha, Água Grande e Coqueiros (APAMAC), que, de acordo com os estudos de campo, era a associação mais atuante. Apesar de todo o discurso sobre a constituição de

associações para a obtenção de crédito, a associação escolhida permanece na atividade mesmo em um contexto de escassez de recursos, o que, provavelmente, redundará em momentos de diminuição do número de associados e outros problemas no interior da associação.

4. A origem e a trajetória da Associação dos Pequenos Produtores da Mata Velha, Água Grande e Coqueiros (APAMAC)

Associação dos Pequenos Produtores da Mata Velha, Água Grande e Coqueiros – APAMAC, é o nome da associação de pequenos produtores que reúne as três comunidades do município de Orizona. A APAMAC foi a segunda associação constituída em Orizona, sendo a data da sua fundação 02/08/1989, possuindo, inicialmente, 22 sócios.

É possível classificar, especificamente, os associados à Associação dos Pequenos Agricultores da Mata Velha, Água Grande e Coqueiros (APAMAC), conforme tipologia apresentada por Wanderley (2000), como aquele em que a agricultura familiar está no centro de uma vida social intensa, propiciada por fatores que estimulam a permanência no campo, destacando as condições favoráveis à produção agrícola, como a comercialização, e também a garantia de um nível de renda socialmente adequado à sobrevivência da família. A autora chama a atenção no sentido de que esse tipo de espaço rural ocorre em áreas onde a agricultura familiar é predominante.

Segundo Tavares (1999), os laços de amizade são muito fortes, característica particular dessas comunidades. São práticas comuns nesse local, segundo a autora, plantar a roça a meia, arrendar um pedaço de terra, trocar dia de trabalho, engordar porcos a meia, mutirão, criar bezerras em troca da primeira cria, criar vacas em troca do leite e metade das crias, tirar o leite para o vizinho, ou olhar as criações e o quintal.

A relação entre os membros da comunidade precede a fundação da associação, pois grande parte das pessoas que moram naquele local é descendente

de produtores. A propriedade é a herança, e cada propriedade é um pedaço da história da comunidade. Todos se conhecem, moram ali desde criança, alguns foram para a cidade e depois retornaram, muitos são parentes e grandes amigos. Cada família faz parte da história da outra família. A relação entre os membros da comunidade — a amizade, a vizinhança e o parentesco — mostra um espaço rural socialmente construído pelos seus habitantes, espaço considerado por Wanderley (2000) como o “lugar da família”. Não podendo deixar de salientar que essa construção de um espaço específico não isola essas comunidades do mundo externo, pelo contrário, elas estão integradas a espaços mais amplos. Esses produtores possuem relações dinâmicas no setor urbano, alguns participam de outras organizações sociais, outros têm membros da família trabalhando na cidade e, além disso, a necessidade de comercializar os seus produtos os integra a dinâmicos mercados.

A APAMAC surgiu de um grupo que já tinha o costume de promover trabalho coletivo, como já foi citada, anteriormente, a iniciativa da EMATER/GO. Nasceu, também, de comunidades que promoviam encontros religiosos. Isso mostra que o registro jurídico de uma associação não significa o exato momento em que a comunidade começa a articular-se como uma organização

Após a fundação da associação, a trajetória de lutas tomou corpo. Já constituída em uma organização, a busca pela legitimação da associação, como tal, frente aos associados, tomou forma por meio de reivindicações e conquistas. A primeira reivindicação seguida de conquista significou a legitimação da associação perante seus associados. O próprio associado relata a conquista:

Na época quando, a gente fundô a associação, [...] a gente pensô assim, vamo chamá a Prefeitura aqui, vamo chamá o prefeito. Aí chamamo [...]. Aí es ofereceu um trator, [...] seis pega esse trator, com operador, seis organiza, faz um certo roteiro, fica com ele aí e faz a roça de vocês tudo. E, aí, com aquela experiência nois pagamo a despesa do trotor [combustível e manutenção], só. E foi

bom demais, a gente nunca tinha visto aquilo aqui, só preço de mercado, e fico bem mais em conta, aí nós já animamo.

Com a associação legitimada na comunidade, na condição de uma organização, os membros partiram para um objetivo maior, a busca por recursos financeiros. A notícia da existência dos Fundos Constitucionais de Desenvolvimento Regional, cujos recursos eram repassados para os produtores que estivessem organizados, levou os membros da associação a uma luta, a reivindicação pelos recursos do FCO (Fundo Constitucional do Centro-Oeste). Os recursos do FCO foram responsáveis pela criação da grande parte de associações no estado de Goiás, como em Orizona e também em Silvânia. De acordo com Sperry (1997), o crédito do FCO funcionou como desencadeador da dinâmica de organização das associações e, ao mesmo tempo, uniu o grupo e estimulou seu processo de organização pela necessidade de obtenção do financiamento.

A conquista do financiamento do FCO para a APAMAC foi, e continua sendo, motivo de orgulho para os sócios fundadores, além de representar uma certa melhora no patrimônio dos associados.

A conquista de equipamentos é muito importante no processo de legitimação da associação, pois, conforme Ribeiro (1994), para o pequeno produtor, significa maior proximidade ao grande produtor. O equipamento é entendido como uma arma, na luta do pequeno produtor pela sua sobrevivência.

O contexto nacional propiciava, de certa forma, maiores facilidades para a obtenção de recursos. Porém o início da década de 1990 foi marcado por uma mudança na política agrícola praticada pelo governo, o que significou uma redução nos recursos destinados à agricultura. A menor participação do Estado, no decorrer da década de 1990, na forma de subsídios e controle de taxa de juros, resultou em barreiras à obtenção de recursos. À medida que os novos planos econômicos foram surgindo, novas regras foram incorporadas aos financiamentos, tornando-se obstáculos à obtenção

dos recursos e, também, problemas para a quitação de financiamentos anteriores.

Nesse contexto, a associação assumiu um novo financiamento, com recursos do FCO, e a partir desse momento começaram a surgir alguns problemas dentro da associação.

Os associados da APAMAC são exclusivamente produtores de leite, com poucos casos de pecuária mista. Isso ocorre devido a problemas que aconteceram durante os 13 anos da existência da associação. Segundo um sócio-fundador, a associação teve prejuízos com lavouras, e isso levou à especialização na pecuária leiteira.

A abundância de recursos propiciou a associação manter em caixa certo capital que servia para pagar as parcelas do financiamento e fazer aplicações financeiras em bancos. Mas, a cada diretoria que passava pela associação, novas idéias surgiam. Ao assumir uma nova diretoria, os produtores resolveram utilizar o capital para investir em uma lavoura de arroz e, apesar da experiência negativa anterior, arriscaram novamente.

Os prejuízos com as plantações de arroz levaram os associados a confiar mais na atividade leiteira, isso se reflete em um quadro em que os associados, na grande maioria, se dedicam à pecuária leiteira. O medo pela diversificação tem origem, também, nos problemas sofridos pelos produtores, com a opção pelas lavouras de arroz. Esse quadro tornou-se uma barreira à diversificação, e também é motivo de desencontros de opiniões dentro da própria associação.

Segundo os produtores, o associativismo em Orizona está desacreditado, e a falta de recursos é a causa desse problema. Ao mesmo tempo em que as conquistas legitimaram a associação como uma organização, as derrotas afugentaram os associados, tornando-os desacreditados quanto ao associativismo.

Hoje, o associativismo tá bem, vamô dizê assim,

desacreditado. Eu não sei porque. As pessoa parece que canso, que já tem um certo tempo de trabalho, sabe, vai ficano cansado. Então, hoje, a gente nu vende o nosso leite [em conjunto], nu é todo mundo que vendi nu lugá só, nem compra quase nada em conjunto, diminuiu muito.

A APAMAC, atualmente, passa por um período de crise e a origem do problema é a falta de recursos, redundando em uma falta de atratividade de novos associados e expulsão de outros. Em entrevista com um antigo associado, ele declarou que *a associação era só esporte e como eu já tô mais velho, não tava adiantano nada.*

Os moradores das comunidades que não são associados participam dos eventos que associação oferece, como se pode observar no depoimento acima. Porém não mostram interesse em se tornarem associados.

Na verdade, não é que os produtores não aceitem viver em comunidade, como disse o associado da APAMAC, pois a maioria participa das reuniões religiosas que acontecem nas comunidades, e valorizam o relacionamento com os vizinhos e a amizade que cultivam. O que realmente pesa é a questão financeira, a falta de recursos para financiamentos por intermédio da associação, e as eventualidades, com as quais os associados têm que contribuir, para sanear algumas dívidas da associação. Um não-associado residente na comunidade Água Grande, para justificar a sua condição, declarou que não gosta de sociedade, mas falou que sua esposa preside as reuniões da comunidade, que acontecem aos domingos. Então, o problema não é viver em comunidade, mas, principalmente, a questão financeira.

Nos dois últimos anos, a associação perdeu cerca de nove membros, e não houve mais nenhuma filiação. Segundo um associado, um dos tratores da organização teve problemas técnicos, e como a APAMAC está descapitalizada, parte do recurso para a manutenção do trator teve que sair dos bolsos

dos associados e isso causou, ainda mais a insatisfação no grupo.

A perda de associados significa para os fundadores muita decepção, pois, para eles, a APAMAC é sinônimo de muita luta, de muitas conquistas e não poderia ter chegado ao ponto que chegou, de perda de credibilidade perante a maioria dos associados.

Os aspectos sociais desenvolvidos pela associação são muito importantes para o grupo e significam, para alguns, um dos motivos para continuarem organizados, mas não é motivo para a entrada de novos associados, pois as atividades são abertas para todos os moradores das comunidades. O depoimento de um associado demonstra como é importante o papel assumido pela associação como um local de lazer e de encontro de amigos.

A associação sobrevive da anuidade que é paga pelos associados, que equivale a cinco sacas de arroz, e da renda dos tratores que prestam serviços para associados e não-associados, *nois tamo viveno de hora de trator que sócio paga, temo uma anuidade que é pago todo ano, tamo viveno disso aí*¹. Mas a grande fonte de recursos tem origem na prestação de serviços, por meio dos tratores, que, atualmente, segundo um associado, está sendo prejudicada pela prefeitura, que oferece serviços de tratores a um custo inferior ao cobrado pelas associações. Tal situação tem afastado os produtores dos serviços prestados pelas associações, tanto associados como não-associados. Segundo o associado, *“a prefeitura está na contra-mão das associações”*, pois, por meio desta ação, o governo municipal está tirando a principal fonte de renda das associações. Ainda, segundo esse associado, a prefeitura deveria oferecer alguma ajuda às associações para que elas reduzissem os seus custos e passassem a cobrar mais barato pelos seus serviços, ou então passar a atender produtores que não são associados e que não possuem condições de arcar com os custos para contratar os serviços de um trator.

¹ Depoimento de um sócio-fundador da APAMAC.

Apesar da crise da APAMAC, os associados que ainda acreditam no associativismo e que lutam pela permanência da prática associativista dentro da associação procuram saídas para os problemas existentes. Uma delas é a busca pela capitalização da associação e, conseqüentemente, gerar maiores benefícios para os associados. Dessa forma, a associação está diante de mais uma luta que se configura, por um lado, em manter a associação como uma organização e, por outro, buscar formas para chegar a esse fim. Uma das formas propostas pelo grupo é a procura por recursos, por meio de financiamentos em bancos e também pela plantação de uma lavoura de arroz.

Conforme Ribeiro (1994), a associação não possui objetivos ligados somente a questões econômicas, e a APAMAC possui um outro objetivo, que tem a mesma urgência de ser atingido, criar condições para que a associação não desapareça.

Apesar dos problemas da APAMAC, a associação está tentando sobreviver, buscando sempre formas para não se dissolver, como uma organização representativa de pequenos agricultores, e como um próprio associado relata, a luta da associação agora é sobreviver. *E agora resta a luta aí, nós ficamos com associação, pra vê novas idéias*².

4.1 – A caracterização sócio-econômica da APAMAC

A vida social local construída pelos produtores associados à APAMAC, as relações de convivência interna — laços de amizade, vizinhança, o parentesco — são fatores preponderantes na opção pela moradia no meio rural. Mas as relações externas (educação, saúde), que são supridas, por exemplo, por localidades urbanas, podem significar a saída definitiva de habitantes do campo para outros locais (Wanderley, 2000).

A idade média dos responsáveis pelas famí-

lias é de 38 anos, sendo que o mais jovem tem 23 anos e o mais velho 65. Declararam serem casados 99% deles e apenas 1% solteiro, o que corresponde a somente um associado. Com relação à escolaridade, 47% possuem o ensino fundamental incompleto, 41% completaram o ensino fundamental e 12% cursaram o ensino médio completo. Apenas dois associados do grupo entrevistado não nasceram em Orizona, mas em municípios vizinhos. Somente três associados não residem na propriedade, correspondendo a 18% do total.

Os produtores residentes na cidade de Orizona, ao serem indagados sobre a razão da opção por moradia na zona urbana, sempre declararam que não era por vontade própria, mas, sim, por necessidade, pois o lugar adequado para moradia seria a propriedade rural.

As propriedades dos associados da APAMAC são pequenas, sendo que a área média das propriedades é de 44 ha. A maior parte das propriedades rurais concentra-se no grupo de área de 20 a 50 ha, existindo apenas dois estabelecimentos com área superior a 100 ha.

Com referência à forma de aquisição da terra, a maior parte dos associados adquiriu suas propriedades mediante herança, correspondendo a 59% do grupo, 29% pro meio de compra e 12% conciliaram a herança com a compra.

Com relação à utilização das terras, os associados dedicam-se basicamente às pastagens plantadas, correspondendo a 52% da área total. Em segundo lugar, vem a área destinada à pastagem natural (18%), seguida pela área de reserva legal (17%) e, por último, a área destinada à lavoura temporária (7%). A concentração da utilização das terras em pastagens plantadas e naturais pode ser observada, também, para o município de Orizona. No tocante à lavoura temporária, o milho é cultivado pela totalidade dos associados, sendo destinado exclusivamente ao consumo.

² Depoimento de um sócio-fundador da APAMAC.

Tabela 2 – APAMAC – Área média (ha), segundo os grupos de área total dos estabelecimentos

Total de entrevistados	Menos de 5 a 20 ha		Entre 20 e 50 ha		Entre 50 e 100 ha		Mais de 100 há	
	Num. Estab.	Área média	Num. Estab.	Área média	Num. Estab.	Área média	Num. Estab.	Área média
17	3	11,0	10	27,4	2	57	2	164,6

Fonte: Pesquisa de campo Jul./2002. Org.: BEZERRA, L.M.C.

Devido à predominância da pecuária leiteira como principal atividade econômica entre os associados, o cultivo do milho é utilizado para a silagem, como suplementação alimentar do gado no período da seca.

Do total dos entrevistados, a maioria (88%) declara ser a pecuária leiteira a principal atividade econômica exercida na propriedade. Apenas três dos produtores declararam possuir uma segunda atividade econômica, que contribui na renda familiar. Um dos produtores concilia a pecuária de leite com a pecuária de corte, um possui uma pequena criação de porcos e o outro uma granja de aves (Tabela 3). Essa situação difere dos dados apresentados para o município de Orizona, que mostram que cerca de 61% dos produtores combinam mão-de-obra familiar e emprego de máquinas.

Tabela 3 – APAMAC – Atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades

Total de entrevistados	Pecuária de leite		Pec. de leite e outra*		Outra**	
	Número	%	Número	%	Número	%
17	12	70	3	18	2	12

Fonte: Pesquisa de campo Jul./2002. Org.: BEZERRA, L.M.C.

* Combinação da pecuária leiteira com suinocultura ou avicultura ou pecuária de corte.

** Pecuária de corte e fabricação de pinga.

Uma das características principais dos associados é a especialização na pecuária leiteira, o que justifica a concentração da utilização das terras em pastagens plantadas e naturais.

A produção leiteira é comercializada na COAPRO (Cooperativa Agropecuária dos Produtores de Orizona) e no Laticínio JL Ltda, sendo que 73% dos associados comercializam sua produção na COAPRO e 27% no laticínio. A média de produção diária, entre os quinze associados que se dedicam à pecuária leiteira, é de 115 litros, variando de 50 a 250 litros entre o menor e o maior produtor.

A existência de uma divisão no grupo, entre os que entregam na cooperativa e os que entregam no laticínio, é um traço marcante entre os associados. Os produtores cooperados à COAPRO questionam sempre os motivos dos outros associados não se tornarem cooperados. Segundo um associado, a cooperativa vem garantindo um preço melhor para o produtor, mas, mesmo assim, existem muitos que preferem entregar o leite no laticínio.

A utilização de mão-de-obra contratada temporária e permanente não é comum entre os associados. Apenas dois declararam a utilização de mão-de-obra permanente, sendo que não é freqüente a contratação de mais de um empregado. Quatro produtores utilizam mão-de-obra temporária, o que, geralmente, é feito por meio de empreitada do serviço, que está sempre relacionada com as atividades da pecuária leiteira.

A força de trabalho utilizada pelos associa-

dos é o trabalho familiar, porém existem alguns casos em que é feita a conciliação do trabalho familiar com a mão-de-obra temporária, correspondendo a 24% do total. A utilização de força de trabalho permanente e familiar equivale a 12%. Cerca de 65% dos entrevistados utilizam somente a mão-de-obra familiar nas atividades produtivas dos estabelecimentos.

Existem, na associação, membros das famílias que exercem atividades fora da propriedade rural, com o objetivo de complementar a renda familiar. Um deles é funcionário na COAPRO, cuja esposa trabalha no sindicato rural; o outro é motorista, e a esposa é funcionária pública, ambos são residentes na cidade. Nos outros três casos, todos residem na propriedade rural, em um deles, a esposa é professora e contribui com seu salário na renda familiar; e o outro, além de dedicar-se à atividade agropecuária, é, também, carpinteiro e presta serviços nas propriedades vizinhas. Na outra família, o associado, além de trabalhar na propriedade, presta serviços como tratorista.

O sistema de ordenha utilizado na maior parte do grupo é manual, sendo que quatro possuem o sistema de ordenha mecânica. O leite produzido pelos produtores é totalmente armazenado em tanques de expansão. Entre os associados, apenas quatro possuem tanque de expansão próprio, os demais armazenam o leite em tanques de expansão comunitários. Os que são cooperados na COAPRO não têm custo com frete, ou seja, a cooperativa faz o transporte do leite, do tanque de expansão até a sua sede na cidade, sem custo para o produtor.

Já o laticínio cobra o frete dos produtores. Nesse caso, o transporte do leite da propriedade até os tanques de expansão comunitários é responsabilidade do produtor. A maior parte do transporte é feita por carroças, e, nas propriedades que ficam mais distante dos tanques, é necessário um veículo para levar o produto até o tanque.

No grupo pesquisado 65% declaram não utilizar nenhuma técnica de manejo de pasto, no

restante predomina a utilização de piquetes e rotação de pastos. O tipo de pastagem que prevalece é o *brachiarão*, e o gado mais utilizado é o girolando e o holandês. Todos suplementam a alimentação do gado, na época da seca, com silagem. O uso de suplementação alimentar garante uma produção contínua de leite, não apresentando queda durante o período seco.

A assistência técnica é oferecida pela Agência Rural, pela COAPRO e pelo Laticínio J.L. Ltda. De uma forma geral, existe uma relativa insatisfação com relação à assistência, pois grande parte dos entrevistados mencionou a necessidade de mais visitas dos técnicos agrícolas e veterinários.

Com referência ao financiamento da produção, 71% dos associados utilizam financiamento do PRONAF – Crédito, sendo que os demais declararam não estar precisando de recursos no momento e que não recorrem aos financiamentos devido às dificuldades impostas pelos agentes financeiros, que são os responsáveis pela intermediação entre a verba liberada pelo Estado e o produtor. Esta situação não é comum na maioria dos municípios que utilizam recursos do *PRONAF Infra-Estrutura*, pois, segundo Ortega e Cardoso (2002), existe uma contradição entre a concessão dos créditos de custeio e investimento e a seleção dos agricultores que vêm sendo beneficiados pelo *PRONAF Infra-Estrutura*, ou seja, nos municípios em que existe o *PRONAF Infra-Estrutura*, os seus agricultores enfrentam grandes dificuldades para conseguir os recursos do programa destinados de forma individual para o produtor.

4.2. A situação do produtor de leite associado à APAMAC

No que se refere à avaliação do produtor sobre o mercado leiteiro, não houve muitas divergências nas respostas. Basicamente, destacam-se o baixo preço do leite, o alto custo de produção, a falta de recursos, de apoio do Estado e a pouca infraestrutura.

Apesar de todos os problemas apontados, um produtor chama a atenção para o alto custo de produção, pois, para ele, a raiz do problema não é o preço pelo qual o produto é comercializado, mas sim, o custo de produção.

Ao ser questionado sobre os problemas enfrentados pelo produtor de leite, um associado respondeu que a oscilação do preço do leite não possibilita planos futuros, pois a falta de previsibilidade dos rendimentos não deixa margens para planejamentos.

Segundo Alentejano (1997), os produtores familiares, durante o processo de modernização da agricultura, sofreram um forte processo de diferenciação social, dividindo-se em dois grandes grupos. Uma parte dos agricultores familiares foi totalmente expropriada dos seus meios de produção, tornando-se assalariados urbanos e rurais. A outra parte continuou sendo proprietários, mas com uma total subordinação ao capital. Alguns produtores transformaram-se em integrados às agroindústrias, outros necessitam complementar sua renda com atividades não-agrícolas e outros se tornaram especializados, ficando totalmente à mercê de mercados monopolizados.

Os associados da APAMAC fazem parte do segundo grupo citado por Alentejano (1997), pois a especialização na pecuária leiteira é característica marcante entre eles, conforme foi demonstrado na tabela 3.

A especialização dos produtores na pecuária leiteira subordina-os a um mercado monopolizado, que dita preços e exige qualidade do produto. Alguns associados reconhecem o problema da especialização em um único ramo, e chamam a atenção para o fato de que uma das saídas para o produtor seria a diversificação de atividades.

No tocante à diversificação, um dos problemas salientados pelos associados é a falta de recursos, pois existe uma grande dificuldade para obtenção de crédito nas instituições financeiras.

Ao serem indagados sobre a existência de algum projeto futuro individual e sobre o futuro do produtor de leite, de acordo com alguns depoimentos, houve falta de coerência nas respostas, pois a grande maioria possui projetos para aumentar a produção, implantar o uso de tecnologias, melhorar o rebanho, usar técnicas de manejo de pasto, mas, ao mesmo tempo, não vêem perspectivas para o produtor de leite.

Tal fato vem ao encontro com o problema da especialização, pois a maioria visualiza um quadro de problemas, em que alguns citam até a extinção do pequeno produtor de leite, mas não vislumbra a possibilidade de diversificação.

Outros associados destacam que o caminho para melhorar a situação do pequeno produtor é investir em diversificação e tecnologia, e chamam a atenção para a questão da importância da união da classe, como uma das saídas para a atual situação.

5. O associativismo rural e a geração de capital social

A constituição das associações, os enfrentamentos dentro do grupo e os consensos podem ser considerados um capital social acumulado durante todo o processo. Esse processo pode ser entendido como uma fase de enriquecimento, que só é possível devido ao fenômeno da proximidade social e permite uma forma de coordenação entre os atores, capaz de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam. Nesse ambiente, são valorizadas as estruturas sociais como recursos, ativos de um capital próprio dos atores sociais (ABRAMOVAY, 2000).

Assim, pode-se conceituar capital social como um processo de enriquecimento, baseado nas experiências dos atores sociais de forma coletiva, em que os laços de confiança, de compromisso e os vínculos de reciprocidade entre os atores sociais são os fatores preeminentes na geração desse tipo de capital. Além disso, como chama atenção Kliksberg (1999), é a única forma de capital que não diminui ou que não se esgota e cujo uso contínuo, ao contrário, promove o seu aumento. Abramovay (2000)

concorda com essa característica do capital social e acrescenta, ainda, que ele é um bem público cuja apropriação é feita pela coletividade e não de forma privada como acontece, por exemplo, com o capital financeiro.

O conceito de capital social é muito amplo e dinâmico, e as concepções de estudiosos dessa temática são muito variadas, o que dificulta a formulação de um conceito “pronto e acabado”. Dessa forma, cabe concordar com que “capital social es una noción polisémica, que encierra múltiples dimensiones de la vida social, dimensiones que, en la práctica, se presentan combinadas de diferente forma según los distintos contextos situacionales” (ESTRADA, 1999, p. 13).

Seria um lapso da parte deste trabalho tratar do tema capital social sem abordar a questão do desenvolvimento territorial, pois o capital social é peça principal dentro deste processo. Esta temática será vista de uma forma sucinta. Assim,

A idéia central é que o território, mais que uma simples base física para as relações ente indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico (ABRAMOVAY, 2000, p. 3).

Entende-se o território como um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais, sendo estas projetadas em um espaço concreto (um substrato material). “O território não é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial” (SOUZA, 1995, p. 97).

Veiga (1998 e 1999) salienta a importância dos atores locais em um processo de desenvol-

vimento territorial, pois as iniciativas locais são cruciais nesse processo, sendo consideradas como fator de competitividade ao fazerem dos territórios ambientes inovadores. É nesse sentido que o autor chama a atenção para um projeto de desenvolvimento rural de investimento em capital social, ou seja, os arranjos institucionais devem incentivar a organização, a absorção de tecnologias e a inovação, baseadas em um grau de confiança existente entre indivíduos, grupos e governos.

A organização social, no seu sentido mais amplo, é um local de geração e acumulação de capital, em que a congruência de idéias, opiniões e ações, podem ser entendidas como um processo de enriquecimento, que, ao longo do tempo, redundará em acumulação de capital social.

A experiência associativista de Orizona pode ser considerada como um processo de geração e acumulação de capital social, em que prevalecem as relações de confiança, normas e sistemas, que contribuem para uma melhor utilização dos ativos econômicos (ABRAMOVAY, 2000). Esse capital social pode ser expresso, dentre outros aspectos, na capacidade organizativa dos atores sociais, nas relações de confiança dos agricultores familiares de Orizona, e isso apresenta somente resultados positivos, como, por exemplo, a constituição do CMDR (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural) e a experiência do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) no município. O problema é que os atores sociais desse processo não sabem a importância e o “valor” do capital social para a sociedade, que podem ser, como salienta Veiga (1997), a base para uma virada, capaz de garantir o desenvolvimento sustentável do meio rural.

Segundo Kliksberg (1999), já foram feitos estudos que comprovam os reflexos positivos de iniciativas associativistas com relação à melhoria da qualidade de vida do grupo, tanto no sentido social como no econômico.

en esos contextos de gran pobreza las familias con mayores niveles de ingresos eran las que

tenían un más alto grado de participación en organizaciones colectivas, y el capital social que acumulaban a través de esa participación las beneficiaba individualmente y creaba beneficios colectivos por diversas vías (KLIKSBERG, 1999, p. 88).

Assim, concordando com Veiga (1997), esse capital social, gerado e acumulado no interior do movimento associativista em Orizona, pode ser sacrificado se não for reconhecido perante a sociedade. Dessa forma, cabe destacar a importância do poder local frente a esta situação, pois ele é capaz de mostrar para a sociedade os benefícios que o capital social produz na promoção do desenvolvimento. Mas não podemos deixar de alertar, também, que o papel do poder local pode ser utilizado de forma negativa, por meio de práticas clientelistas, autoritárias e burocráticas, transformando-se, dessa forma, em barreiras a geração de capital social.

O não reconhecimento do capital social acumulado na experiência associativista em Orizona pode ser o eixo da crise do associativismo no município. O fortalecimento desse capital e o seu (re) aproveitamento em uma forma produtiva em prol da coletividade poderiam se tornar uma saída ao problema, não deixando perder-se no tempo a riqueza de todas as conquistas e experiências acumuladas pela sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do processo de constituição das associações em Orizona permitiu visualizar que o crescimento de associações no município de Orizona ocorreu em razão da abundância de recursos governamentais liberados aos produtores organizados no final da década de 1980. Nesse caso, os recursos tinham origem no FCO (Fundo Constitucional do Centro-Oeste). Basicamente, todas as associações foram constituídas com o objetivo de obter os financiamentos do FCO.

O associativismo em Orizona teve seu auge quando a credibilidade das organizações estava

garantida pelos resultados positivos obtidos com a utilização dos recursos do FCO. Os agricultores tiveram condições de melhorar o seu rebanho, aumentar sua produtividade e, conseqüentemente, elevar o seu nível de renda, permitindo uma estruturação e o desenvolvimento do mercado leiteiro no município.

Passado o período de abundância de crédito, as associações entraram em crise, em que a escassez de recursos se tornou motivo maior para a falta de credibilidade das organizações perante seus associados. Isso ainda pode ser observado junto aos produtores de Orizona.

A APAMAC constitui um caso particular dentre as demais associações existentes em Orizona, pois não possui nenhum financiamento em aberto de recursos do FCO. Pode-se dizer, então, que a constituição da associação, atualmente, não gira em torno exclusivamente da busca por recursos financeiros via organização. Apesar de grande parte dos associados mencionarem como problema a falta de recursos, a confiança, a participação, a reciprocidade e a coesão dão unidade ao grupo e permitem a continuidade do processo. Mesmo que esse movimento tenha como pano de fundo a obtenção de recursos financeiros, a interação do grupo por essa busca gera benefícios que talvez não sejam mensuráveis monetariamente, como, por exemplo, o espaço rural socialmente construído pelos atores da comunidade.

É importante afirmar que a associação não existe “pura e simplesmente” pela busca de recursos financeiros, pois as comunidades que deram origem à APAMAC promoviam reuniões anteriores a constituição da associação, ora com o objetivo da promoção de mutirões, ora com intenções religiosas, então, a construção desse espaço social precede a formação da associação denominada APAMAC. Sendo os pilares desse espaço rural construído as relações sociais entre os membros do grupo.

Pode-se afirmar que o associativismo em Orizona foi uma estratégia adotada pelos agricultores

familiares que garantiu o seu fortalecimento e a sua reprodução social, mas que tende a ser interrompida caso não haja o reconhecimento da importância dessa experiência para o conjunto dos agricultores familiares do município e da sociedade como um todo.

Nos dias atuais, a APAMAC passa por uma crise, em que a escassez de recursos e a falta de credibilidade da organização perante os associados levam a perda de membros. Apesar disso, alguns associados, mais precisamente aqueles que participaram do processo de fundação e acompanharam toda a trajetória de lutas e conquistas da associação, mostram a importância da organização e lutam pela sua continuidade.

Entende-se essa trajetória de lutas e conquistas da associação como um processo de geração e acumulação de capital social, observando que esse capital social assume a forma de fortes laços de amizade, companheirismo, reciprocidade e coesão, que são também os princípios básicos do associativismo.

Enfim, cabe aqui destacar que a maior articulação entre os atores sociais que fazem parte do processo associativista em Orizona, como o poder local, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), a Central das Associações, as associações e o agricultor familiar, poderia ser o caminho para uma (re) valorização do capital social acumulado na experiência associativista. Assim, cabe ao poder local e ao CMDR, em primeira instância, reconhecer a necessidade dessa ação em prol da revitalização do associativismo, pois o agricultor familiar já possui subjetivamente a percepção do valor do capital social acumulado para o seu grupo, como se pode observar nas suas próprias palavras: *nois nu pudemo deixá acabá o que nois construímo, a tanto tempo, desde 89, que nois cumeçamo. Então, tanto que nois lutamo pra adquiri isso aí e deixá agora que tá tudo arrumadim.*

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J.E. da. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso**

do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília, IPEA, 1999, 49p. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 15 set. 2000.

ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. 2000. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/abramovay>>. Acesso em: 27 out.2002.

_____. **Capital Social: cinco proposições sobre desenvolvimento rural**. 1998. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/abramovay>>. Acesso em: 27 out.2002.

ALENCAR, E. **Associativismo rural e participação**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2001. 80 p.

ALENTEJANO, P.R.R. O lugar da agricultura familiar no cenário agrícola brasileiro. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 167, p. 21-31, jan./fev. 1997.

BEZERRA, L.M.C. **Agricultura Familiar em Orizona (GO): A Associação dos Pequenos Agricultores da Mata Velha, Água Grande e Coqueiros – APAMAC**. 2003. 150f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

BEZERRA, L.M.C. **Agricultura Familiar em Orizona (GO): A Associação dos Pequenos Agricultores da Mata Velha, Água Grande e Coqueiros – APAMAC**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XLI, 2003, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: SOBER, 2003, p. 20. 1 CD-Rom.

CAUME, D.J. **A agricultura familiar no estado de Goiás**. Goiânia, UFG, 1997, p. 71.

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural**. Orizona, 1996, 51 p. Não publicado.

COSTA, A.A.A.; RIBEIRO, T.C.A. O associati-

vismo no meio rural brasileiro: contradições e perspectivas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XXXVII, 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: SOBER, 1999, p. 20. 1 CD-Rom.

DESER. Agricultura familiar e desenvolvimento local: municipalização, diretrizes de desenvolvimento e propostas de políticas públicas. 1997. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/deser/deser97.rtf> 10/10/02>. Acesso em: 10 mar.2002.

ESTRADA, E.M. El Concepto de Capital Social y su Utilidad para el Análisis de las Dinámicas del Desarrollo. **Economia Ensaio**, Uberlândia, v. 13, n.1, v. 14, n. 2, p. 3-39, jul.e dez. 1999.

FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a pequena produção.** Versão Preliminar. Brasília: 1994.

FAO/INCRA. **Agricultura familiar nos sistemas agrários da região Centro-Oeste.** Relatório Síntese. Brasília: 1998. Projeto: UTF/BRA/036/BRA. p. 66.

FAO/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar – O Brasil redescoberto.** Brasília: 2000. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, p. 74.

FAO/INCRA. **A agricultura familiar no Brasil** (Agricultura familiar e sistemas de produção). Brasília: 2000. Projeto: UTF/BRA/O51/BRA, p. 16-27.

GUERRA, J.S. Associativismo de produção na agricultura. In: GÖRGEN, S.A.; STÉDILE, J. P. (Org.). **Assentamentos:** a resposta da Reforma Agrária. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 115-131.

GRAZIANO DA SILVA, J. A fronteira já está fechando? In: _____. **A modernização Dolorosa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 114-125.

_____. Mas qual Reforma Agrária? **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v. 17, n. 1, abr./jul. 1987, p. 17-60.

_____. A modernização Conservadora dos Anos 70. In: _____. **Tecnologia e Agricultura Familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999, p. 87-135.

IBGE. Censo Agropecuário – GO 1995/1996. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 out. 2002.

JEAN, B. A agricultura familiar, o Estado e o estado da agricultura familiar. In: LAMARCHE, H. (coord.). **A agricultura familiar: Do mito à realidade.** Campinas: Unicamp, 1998, v. II, p. 271-302.

BEZERRA, L.M.C. **Agricultura Familiar em Orizona (GO):** a Associação dos Pequenos Agricultores da Mata Velha, Água Grande e Coqueiros – APAMAC. 2003. 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

BEZERRA, L.M.C.; CLEPS JR, J. O desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste e as transformações no espaço agrário do estado de Goiás. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 12, jun. 2004. Disponível em: <www.ig.ufu.br/caminhos_de_geografia_arquivos/page0012.htm>. Acesso em jun. 2004.

KLIKSBERG, B. Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo. **Revista de La CEPAL**, Santiago do Chile, n. 69, dez. 1999, p. 85-102.

LOUREIRO, W.N. **O aspecto educativo da prática política.** Goiânia: UFG, 1988. 121p.

LUNARDI, V.L. **As organizações dos trabalhadores rurais (sindicatos, associação, cooperativa) e a agricultura família:** uma reflexão sobre Goiás. 1999. 217f. Dissertação (Mestrado em Ciências em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

MEDICI, A. Associativismo em assentamentos, modelos e impasses. **Rascunho**, Araraquara, n. 15, 1999. 44 p.

- MIRANDA, D. de. **Associativismo Rural, agro-indústria e intervenção**: estudo de caso em uma associação de produtores familiares. 1998. 201f. Dissertação (Mestrado em Administração Rural), Universidade Federal de Lavras, Lavras, 1998.
- OLIVEIRA, L.P.J. de. As Comunidades Eclesiais de Base e os seus cantos: expressões da realidade e visões de mundo. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 196, nov./dez. 2001, p. 19-40.
- ORTEGA, A.C.; CARDOSO, A. Potenciais e Limites de uma Política de Desenvolvimento Local: o PRONAF à Luz do LEADER. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 40, n. 2, abr./jun.2002, p. 265-304.
- PEREIRA NETO, O. **Orizona**: Cidade e Campo. Brasília: CODEPLAN, 1991.
- PESSÔA, V.L.S. **Composição de trabalhos científicos**. Uberlândia, 2002. mimeo.
- RIBEIRO, E.M. **Fé, produção e política**: Experiências Associativas de Camponeses em Minas Gerais. São Paulo: CPT/Edições Loyola, 1994. 67 p. (Cadernos de Estudos – CPT, 7).
- SILVA, A.M.; PINHEIRO, M.S. de F.; FREITAS, N.E. de. **Guia para normalização de trabalhos técnicos-científicos**: projetos de pesquisa, monografias, dissertações e teses. 3. ed. Ver. Uberlândia: UFU, 2003. 146p.
- SOUZA, E.M.L. de. **Estrutura x ação**: a participação de produtores familiares em associações no Município de Silvânia. 2002. 100f. Dissertação (Mestrado em sociologia). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.
- SOUZA, M.J.L de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, J.E. de; GOMES, P.C. da C.; CORRÊA, R.L. (org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.
- SPERRY, S.; MERCOIRET, M.R.; FERRARIS, F. **A organização dos pequenos agricultores de Silvânia, GO**: origem, estrutura e impactos sociais. Planaltina: Embrapa – CPAC, 1997. 86p.
- TAVARES, J. M. **Associativismo Rural**: Sujeitos em Aprendizagem. 1999. 138f. Monografia (Curso de Especialização em Educação: Metodologia do Ensino Superior). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.
- VEIGA, J.E. da. Uma Estratégia de Desenvolvimento Rural. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XXI, 1997, Caxambu. **Anais...** Caxambu: AMPOCS, 1997, p. 4. 1 CD-Rom.